MENSAGEM Nº 13/2018

Salvador, 27 de setembro de 2018.

Excelentíssimo Senhor.
Vereador **LEO PRATES**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Em conformidade com o que dispõe o inciso III, § 6º do art. 163 da Lei Orgânica do município, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação dessa veneranda Câmara Municipal, o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2019.

Elaborado em estreita observância aos dispositivos constitucionais e à legislação pertinente, especialmente a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas orientativas da Lei de Diretrizes Orçamentária e do Tribunal de Contas dos Municípios, assim como o Plano Plurianual 2018-2021, com o qual se articula o Programa de Trabalho proposto para o exercício vindouro, o Projeto de Lei, ora apresentado, consolida as propostas orçamentárias dos poderes Legislativo e Executivo Municipal, abrangendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

Observa-se que, na elaboração desta Proposta, levou-se em consideração, dentre outros aspectos, o cenário econômico e financeiro atual e o projetado para o país no próximo exercício, a repercussão desses impactos em âmbito regional e local, os compromissos do governo municipal para com a sociedade soteropolitana, o Plano Estratégico delineado para consecução desses objetivos, bem como a preservação do equilíbrio fiscal, respaldada no binômio – racionalidade e interesse público na gestão dos gastos municipais.

Embora a economia já sinalize um quadro com reações positivas, a crise recessiva ainda não foi superada. Assim, torna-se imperativa a cautela do gestor público nas expectativas de receita, alinhado ao cuidado redobrado com o monitoramento e efetivo controle das despesas públicas, de forma a que se possa assegurar, com responsabilidade, o equilíbrio fiscal desejável e imprescindível à garantia do desenvolvimento e crescimento do município.

Nesta direção, a presente Proposta Orçamentária para o exercício de 2019, que estima receita e fixa despesa num total de R$ 7.789.652.000,00 (sete bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil reais), apresenta, em relação ao Orçamento de 2018, um crescimento da ordem de 6%.

Ressalte-se que o crescimento das receitas verificado entre os exercícios de 2018 e 2019, é fruto, essencialmente, do esforço para elevação da arrecadação própria e da bem-sucedida estratégia de captação de recursos junto a instituições financeiras nacional e internacional, além de convênios e contratos celebrados com a União, para continuidade da realização dos investimentos reclamados pela Cidade.

MENSAGEM Nº 13/2018

Salvador vem tomando um novo rumo. Se antes todos os gastos municipais eram sustentados pela geração de recursos próprios, hoje, como consequência da credibilidade alcançada com árduo trabalho e responsabilidade fiscal, podemos contar com um volume expressivo de recursos oriundos de operações de créditos.

Como evidencia o **Quadro 1**, a seguir – Resumo Geral da Receita, do montante classificado na categoria de Capital R$ 1,1 bilhão de reais, 85%, ou sejam, R$ 948 milhões, dizem respeito a operações de crédito e transferências do governo federal. O valor restante de R$ 165 milhões corresponde a estimativas realizadas para alienação de bens.

As operações de crédito totalizam R$ 730 milhões de reais, envolvendo financiamentos contratados ou em estágio avançado de negociação de contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implementação dos Programas: Ações de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR/SALVADOR e de Saneamento e Urbanização do Subúrbio de Salvador – Projeto Novo Mané Dendê; o Banco Mundial, para o Programa Salvador Social; a Corporação Andina de Fomento – CAF, para o Programa de Requalificação Urbana de Salvador – PROQUALI; a Caixa Econômica Federal – CEF, para os Programas de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, CPAC e Pró-Transporte, voltados à implementação do BRT – e, também, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos municípios – PNAFM III, e, por fim, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos de Salvador – PMAT, primeira e segunda tranches.

Some-se a essa amostra o montante de R$ 217,7 milhões de reais, relativos a convênios e contratos de repasses, negociados e/ou em estágio de negociação com o Governo Federal, através dos Ministérios da Cidade, do Trabalho e Previdência Social, da Cultura, do Turismo, da Saúde, do Esporte e do Desenvolvimento Social, dentre outros, além do acordo de subvenção firmado com a Fundação Rockefeller para cooperação técnica na área de resiliência.

QUADRO 1
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA RECEITA
Recursos de Todas as Fontes

R$ 1,00

Discriminação	Proposta 2019	% no Total
RECEITA TOTAL (I + II + III)	**7.789.652.000**	**100%**
I- RECEITA CORRENTE	**6.357.515.000**	**82%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**2.611.833.000**	**34%**
IPTU	738.036.000	9%
ITIV	166.921.000	2%
ISS	1.116.171.000	14%
Impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	252.054.000	3%
Taxas	338.651.000	4%
Contribuições	**364.512.000**	**5%**
Receita Patrimonial	**142.865.000**	**2%**
Receita Industrial	**959.000**	**0%**
Receita de Serviços	**18.120.000**	**0%**
Transferências Correntes	**2.864.888.000**	**37%**
FPM	699.781.000	9%

MENSAGEM Nº 13/2018

SUS	735.084.000	9%
ICMS	606.721.000	8%
FUNDEB	531.532.000	7%
Complementação FUNDEB	103.500.000	1%
Transferências do FUNDEB	428.032.000	5%
Demais Transferências Correntes	291.770.000	4%
Outras Receitas Correntes	**354.338.000**	**5%**
II- RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CORRENTES	**319.327.000**	**4%**
Contribuições	319.149.000	4%
Demais Contribuições	178.000	0%
III - RECEITA DE CAPITAL	**1.112.810.000**	**14%**
Operações de Crédito	730.020.000	9%
Alienação de Bens	165.045.000	2%
Transferências de Capital	217.745.000	3%

Fonte: PL LOA 2019

Não obstante a peculiaridade das estratégias utilizadas para os recursos captados, as estimativas das demais receitas pautaram-se na observação das normas legais e critérios técnicos, nos efeitos impactantes dos indicadores econômicos, particularmente o IPCA e o PIB, além das tendências resultantes da avaliação do desempenho dos exercícios vigente e anteriores.

Com efeito, as projeções elaboradas mantiveram o perfil habitual em que as receitas correntes, originárias de arrecadação própria ou transferências constitucionais e legais, figuram com a maior representatividade, correspondendo a 82% do total estimado para 2019, ou sejam R$ 6,4 bilhões. Deste total, 34% equivalentes a R$ 2,6 bilhões, são receitas diretamente arrecadadas pelo município, onde o ISS, ITIV e IPTU totalizam R$ 2,0 bilhões. Outro item significativo na composição das receitas são as transferências constitucionais e legais, que representam 37% das receitas correntes, totalizadas em R$ 2,9 bilhões. Nesta categoria, a expressividade da receita está concentrada no FPM, ICMS, SUS e FUNDEB, que somam R$2,6 bilhões, ou seja 90% das transferências.

Outro aspecto a ser observado nas Receitas projetadas para 2019, diz respeito à leitura por categoria de fonte, conforme evidencia o **Quadro 2.**

QUADRO 2
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receita Estimada por Categoria de Fonte

R$ 1,00

CATEGORIA	PROPOSTA 2019	% no Total
RECEITAS LIVRES DO TESOURO	3.113.389.000	40%
RECEITAS DO TESOURO VINCULADAS	4.543.631.000	58%
RECEITA PRÓPRIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	132.632.000	2%
TOTAL GERAL DA RECEITA	**7.789.652.000**	**100%**

Fonte: PL LOA 2019

MENSAGEM Nº 13/2018

A categoria Tesouro totaliza R$ 7,8 bilhões, representando 98% do total das receitas. Deste montante, 40% são de receitas livres, estimados nas fontes 00 e 92, enquanto que as receitas vinculadas correspondem a 58% do total estimado. As receitas próprias das Entidades da Administração Indireta participam com 2% dos recursos previstos, com R$ 132,6 milhões.

Saliente-se que do total de R$ 4,5 bilhões de receitas vinculadas, R$ 2,9 bilhões estão concentrados em Saúde e Educação, com valores respectivos de R$ 1,5 e R$ 1,4 bilhão de reais. Das demais fontes vinculadas do Tesouro R$ 490 milhões se destinam ao Fundo de Previdência, enquanto que R$ 1,1 bilhão custeiam basicamente o Programa de Investimento do município.

A outra face da Proposta Orçamentária é a alocação da Despesa. Nesta etapa, ressalta-se como peculiaridade do processo, a observância dos aspectos legais que regem a matéria, a vinculação dos gastos com fontes específicas, a escala de prioridade estabelecida às despesas de caráter obrigatório, contrapartidas de operações de crédito e convênios, além da cota parte do custeio necessário ao gerenciamento da administração pública.

Por sua vez, o Programa de Investimento, que deve obrigatoriamente contemplar as prioridades destacadas na Lei de Diretrizes Orçamentária 2019, vem sendo realizado com a disponibilidade residual de recursos do Tesouro, incluindo-se aí, os valores captados em organismos financeiros e as fontes de recursos de emprego específico para esta finalidade.

Quanto ao aspecto formal, as despesas encontram-se estruturadas em três categorias de Orçamento: Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

Compõem o Orçamento Fiscal todas as propostas de trabalho dos órgãos e entidades, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua vez, o Orçamento de Investimento abriga a proposta da Salvador Companhia de Securitização, qualificada como empresa pública não dependente.

Não obstante a estruturação da despesa por tipo de Orçamento, a Proposta Orçamentária disponibiliza subsídios analíticos sob diversas óticas, das quais foram selecionados os **Quadros 3, 4, 5 e 6** contendo informações consolidadas que viabilizam a leitura contábil, institucional e programática, focada na função orçamentária e avaliação dos limites de pessoal confrontados com os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUADRO 3
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Categorias Econômicas
Exercício de 2019

R$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade Social	Total	% no Total
DESPESAS CORRENTES	**4.082.543.000**	**2.375.359.000**	**6.457.902.000**	**83%**
Pessoal e Encargos	1.836.806.000	1.346.777.000	3.183.583.000	41%
Juros e Encargos da Dívida	49.040.000	-	49.040.000	1%

MENSAGEM Nº 13/2018

Outras Despesas Correntes	2.196.697.000	1.028.582.000	3.225.279.000	42%
DESPESAS DE CAPITAL	**1.221.797.000**	**79.953.000**	**1.301.750.000**	**16%**
Investimentos	1.045.296.000	79.953.000	1.125.249.000	14%
Inversões Financeiras	500.000	-	500.000	0%
Amortização da Dívida	176.001.000	-	176.001.000	2%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**30.000.000**	-	**30.000.000**	**0%**
T O T A L	**5.334.340.000**	**2.455.312.000**	**7.789.652.000**	**100%**

Fonte: PL LOA 2019

No Quadro 3, as despesas estão agrupadas em duas macro categorias econômicas – Correntes e Capital, e o item de fechamento obrigatório, a Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes e de Capital estão estruturadas na observância dos conceitos e normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Assim, como se pode observar, as Despesas Correntes totalizam R$ 6,5 bilhões de reais, participando com 83% do valor orçado para 2019. Neste grupo de despesas, estão abrigadas todas as previsões de gasto com pessoal e encargos, que representam 41% das despesas correntes ou sejam R$ 3,2 bilhões de reais; os juros e encargos da dívida representam 1%, correspondendo a R$ 49 milhões de reais, e outras despesas correntes, R$ 3,3 milhões de reais, equivalentes a 42%.

O grupo Outras Despesas Correntes reúne todos os gastos de custeio administrativo assim como todas as demais enquadradas contabilmente na categoria de despesas correntes, ainda que vinculadas a projetos e atividades finalísticas. Já as Despesas de Capital, totalizadas em R$ 1,3 bilhão correspondendo a 16% do montante orçado, alcança as despesas classificadas como investimentos, R$ 1,1 bilhão, inversões financeiras, R$ 500 mil e amortização da dívida R$ 148 milhões.

Fechando o Orçamento, a Reserva de Contingência é um item obrigatório, que consiste numa previsão de recursos desvinculada de qualquer critério contábil, econômico, institucional ou programático, cujo propósito é a utilização, quando necessária, para cobrir despesas classificadas como riscos fiscais ou passivos contingentes, conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000.

O **Quadro 4**, a seguir, demonstra os limites fiscais da despesa de pessoal de cada Poder. Sob esse aspecto, vale consignar que mesmo se trabalhando com uma margem confortável em ambos os Poderes, essa despesa é submetida a constante avaliação e monitoramento da gestão.

Os limites apurados para pessoal, tanto no Legislativo como no Executivo municipal, encontram-se aquém dos limites prudenciais. Porém, vale lembrar que o crescimento de despesa de pessoal não está apenas parametrizado por esses índices. É imprescindível, também, no processo decisório, uma avaliação dos índices atrelada à viabilidade orçamentária e financeira do município.

MENSAGEM Nº 13/2018

QUADRO 4
Demonstrativo Consolidado da Despesa de Pessoal
Orçamento Fiscal e da Seguridade

R$ 1,00

Poderes	Limite legal %	Limite Prudencial %	Valor alocado PL LOA 2019	Receita Corrente Líquida	Limite atingido %
Legislativo	6%	5,70%	142.225.000	6.197.751.000	2,29%
Executivo	54%	51,30%	2.550.180.000		41,15%

Fonte: PL LOA 2019

Na perspectiva Institucional, exibida no **Quadro 5**, observa-se para 2019 cerca de 60% das despesas estão concentradas nas Secretarias da Saúde, Educação, Ordem Pública e Gestão. Deste percentual, 40% estão alocados em Educação e Saúde, confirmando a determinação desta gestão em conferir a essas áreas tratamento prioritário. É de se destacar que, a despeito da conjuntura econômica desfavorável, o governo não tem medido esforços para elevar, em cada exercício, a destinação de recursos à Educação e Saúde, cuja aplicação supera em muito os limites legais estabelecidos.

Quanto às Secretarias de Ordem Pública e de Gestão, a expressividade das despesas, 20%, concentra-se na limpeza urbana e iluminação pública e no pagamento de benefícios previdenciários. Já as Secretarias de Mobilidade e Cultura e Turismo, com 11% de participação, têm seus orçamentos favorecidos com recursos oriundos de financiamentos nacionais e internacionais, a exemplo do PRODETUR e do BRT.

QUADRO 5
Orçamento Fiscal e da Seguridade
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Exercício de 2019

R$ 1,00

Órgão	Fiscal	Seguridade Social	Total	% no Total
Câmara Municipal do Salvador	187.265.000		187.265.000	2%
Gabinete do Prefeito	78.816.000	700.000	79.516.000	1%
Gabinete do Vice-Prefeito	3.807.000		3.807.000	0%
Procuradoria Geral do Município	66.157.000		66.157.000	1%
Casa Civil	27.233.000	6.033.000	33.266.000	0%
Sec. Municipal da Fazenda	263.474.000		263.474.000	3%
Sec. Municipal da Saúde		1.652.855.000	1.652.855.000	21%
Sec. Municipal da Reparação	5.749.000		5.749.000	0%
Sec. Municipal de Gestão	82.553.000	590.357.000	672.910.000	9%
Sec. da Cidade Sustentável e Inovação	56.623.000		56.623.000	1%
Sec. Municipal da Educação	1.478.041.000		1.478.041.000	19%
Sec. Municipal de Ordem Pública	860.153.000		860.153.000	11%

MENSAGEM Nº 13/2018

Sec. Municipal de Promoção Social e Combate a Pobreza	800.000	167.570.000	168.370.000	2%
Sec. Municipal de Mobilidade	563.312.000		563.312.000	7%
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	313.627.000		313.627.000	4%
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	155.317.000		155.317.000	2%
Sec. Municipal de Comunicação	74.438.000		74.438.000	1%
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	14.958.000	37.797.000	52.755.000	1%
Sec. Municipal do Trabalho Esporte e Lazer	31.890.000		31.890.000	0%
Sec. Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo	98.179.000		98.179.000	1%
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	461.806.000		461.806.000	6%
Encargos Gerais do Município	480.142.000		480.142.000	6%
Reserva de Contingência	30.000.000		30.000.000	0%
Total	**5.334.340.000**	**2.455.312.000**	**7.789.652.000**	**100%**

Fonte: PL LOA 2019

Na avaliação da Despesa por Função, **Quadro 6**, confirma-se mais uma vez, o compromisso do governo com a Área Social, na medida em que as funções: Saúde, Educação e Assistência Social representam 43% do total da despesa orçada. Por sua vez a função Urbanismo, com um perfil eminentemente transversal, totaliza R$ 1,6 bilhão, representando 21% do total orçado e agrega intervenções em: mobilidade urbana, incluindo transporte e trânsito, saneamento, micro e macro drenagem, requalificação de orla, iluminação pública, construção e reforma de equipamentos públicos, estabilização de encostas dentre outros.

De igual modo, a função Administração, com uma participação de 8%, está distribuída em todos os órgãos, presente, especialmente, na grade programática das ações destinadas ao pagamento de pessoal e custeio.

QUADRO 6
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função
Orçamento Fiscal e da Seguridade
Exercício de 2019

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% no Total
Legislativa	187.265.000		187.265.000	2%
Judiciária	56.407.000		56.407.000	1%
Administração	620.562.000		620.562.000	8%
Segurança Pública	96.735.000		96.735.000	1%
Assistência Social		212.100.000	212.100.000	3%
Previdência Social		590.357.000	590.357.000	8%
Saúde		1.652.855.000	1.652.855.000	21%

MENSAGEM Nº 13/2018

Trabalho	22.634.000		22.634.000	0%
Educação	1.478.041.000		1.478.041.000	19%
Cultura	16.523.000		16.523.000	0%
Direitos da Cidadania	21.507.000		21.507.000	0%
Urbanismo	1.621.294.000		1.621.294.000	21%
Habitação	60.844.000		60.844.000	1%
Gestão Ambiental	30.974.000		30.974.000	0%
Indústria	29.143.000		29.143.000	0%
Comércio e Serviços	357.545.000		357.545.000	5%
Comunicações	74.438.000		74.438.000	1%
Transporte	309.232.000		309.232.000	4%
Desporto e Lazer	12.356.000		12.356.000	0%
Encargos Especiais	308.840.000		308.840.000	4%
Reserva de Contingência	30.000.000		30.000.000	0%
TOTAL	**5.334.340.000**	**2.455.312.000**	**7.789.652.000**	**100%**

Fonte: PL LOA 2019

O balanço avaliativo da Proposta Orçamentária não se esgota nas evidências dos demonstrativos de Receita e Despesa, mas especialmente, nas entregas à sociedade, consolidando os compromissos assumidos pelo governo municipal.

Nesta direção, e com o desafio de preparar Salvador para assumir o status de uma metrópole competitiva, essa gestão tem buscado, com o amparo do planejamento e monitoramento de suas ações, assegurar o sucesso das metas traçadas, para o curto, médio e longo prazos, objetivando a melhoria dos serviços prestados e o crescimento e desenvolvimento do município.

Assim o reflexo dos investimentos canalizados para a Área Social tem se diferenciado, significativamente, da condição ofertada em gestões anteriores, não só na escala quantitativa, como na qualidade dos serviços prestados.

Essa afirmativa assume uma expressividade ainda maior, na medida em que, a partir do presente exercício, e por mais três anos consecutivos, o município contará com recursos de financiamento do Banco Mundial em $ 125 milhões, através do Programa Salvador Social, para aprimorar a prestação de serviços sociais, com ênfase na melhoria e na eficiência do sistema de saúde, na qualidade da educação e na efetividade da proteção social.

Com relação à Educação, Salvador vem apresentando avanços expressivos ao longo desses anos da atual administração. A alocação de recursos crescentes e os resultados obtidos são as melhores demonstrações da prioridade conferida por este governo a esta área estratégica do desenvolvimento municipal.

Diferentemente da gestão anterior, onde em 2012, o gasto com educação totalizou R$ 750 milhões, não atingindo sequer o índice legal, a partir de 2013 o volume de recursos aplicados nesta área tem alcançado índices bastante superiores aos estabelecidos constitucionalmente. Em 2017, com a aplicação de R$ 1,2 bilhão, os

MENSAGEM Nº 13/2018

gastos com educação alcançaram o índice histórico de 29,32%. Para 2019, o montante orçado, R$ 1,5 bilhão, supera em mais de duas vezes o valor orçado em 2012, que sinaliza a possibilidade de um resultado ainda melhor.

Na Educação, o resultado dos investimentos vem sendo aferidos positivamente com os avanços alcançados no Índice de Educação Básica (IDEB), cuja última aferição, publicada recentemente pelo Ministério da Educação, confirma a trajetória ascendente em todas as categorias do ensino municipal.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) a capital pontuou em 5,3 superando a meta estipulada pelo MEC para 2021 e melhorando a sua posição no ranking das capitais. Nos anos finais, (6º a 9º ano) foi a Capital que mais cresceu saltando da posição 24ª para 18ª.

Com o objetivo de universalizar o atendimento da pré-escola, em conformidade com o Plano Nacional de Educação, o Orçamento para 2019 prevê ampliar a rede conveniada em mais 26 instituições, atingindo um total de 118 unidades de ensino, e adquirir, na rede particular mais 10.000 novas vagas com o Programa Pé na Escola, que será lançado ainda este ano.

Na perspectiva da ampliação de oferta de vagas na rede própria do município, está previsto convênio com o FNDE, no total de R$ 108 milhões, dos quais R$ 30 milhões de contrapartida do município, para construção e reconstrução de 18 unidades escolares.

A proposta orçamentária para 2019 destina recursos substanciais para as atividades voltadas à educação integral, o aparelhamento nos padrões desejáveis para o ensino em mais de 100 unidades escolares, a capacitação focada na atualização pedagógica de cerca de 800 profissionais, a avaliação do desempenho da aprendizagem e o monitoramento dos gastos escolares, dentre outras iniciativas igualmente importantes.

Em relação à área de saúde, para 2019, propõe-se um Programa de Trabalho não só compatibilizado com os objetivos traçados no Planejamento Estratégico como voltado, dentre outros aspectos, à ampliação do acesso e melhoraria da qualidade dos serviços de saúde em todos os níveis, a capacitação e requalificação dos profissionais da área, além de investimentos na eficiência, racionalidade e controle da gestão da rede, com a implantação de protocolos clínicos para organização do fluxo assistencial, de sistemas de custos, sistema de gestão por resultados, sistema de governança da rede e prontuário eletrônico em 126 unidades da rede, viabilizando a sustentabilidade dos novos investimentos e programas.

A aplicação de recursos em saúde cresce a cada exercício cerca de R$ 100 milhões, com reflexo na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população mais carente de nossa cidade, o que vem se comprovando com o aumento dos índices de participação da aplicação dessas despesas, auferido em escala bastante superior ao legalmente estabelecido.

Assim, em 2019 será dada continuidade à ampliação da rede de atendimento, com a construção de 15 novas Unidades de Saúde da Família, localizadas em Itapuã, Pau da Lima, Cabula, São Caetano, Cajazeiras e Subúrbio; a construção de mais uma UPA, no bairro de Roma; a constituição de 48 equipes de saúde da família e implantação de 15 equipes de atenção domiciliar.

MENSAGEM Nº 13/2018

Ainda voltados à ampliação da rede de serviços, o Orçamento propõe, para o próximo exercício, aplicar recursos da ordem de R$ 5,5 milhões no funcionamento da Rede Psicossocial com a operacionalização de mais duas unidades de CAPS tipo II, uma Casa de Acolhimento e a formação de cinco equipes de Consultório de Rua. Acrescente-se também, o funcionamento de dois novos Multicentros, instalados em Narandiba e Escada, oferecendo atendimento em diversas especialidades, inclusive, com serviço de diagnóstico por imagem.

Os investimentos no Hospital Municipal de Salvador terão continuidade, de modo a alcançar, em 2019, 100% de sua capacidade operacional instalada, com funcionamento pleno dos 210 leitos, sendo 30 de UTI.

Outra questão que tem merecido atenção especial do governo é, sem dúvida, atuar na linha preventiva. Assim, assume destaque a intensificação do Programa Municipal de Imunização, incluindo-se aí as campanhas de vacinação, de controle do Aedes Aegypti, para redução dos casos de Dengue, Chikungunya e Zika. Ainda nessa linha, na Rede Básica de Saúde, salientamos os projetos Mãe Coruja e Rede Cegonha, para a Atenção Materno Infantil.

Dando continuidade às ações na área social, o governo propõe investir na dimensão assistencial, com uma série de intervenções, das quais merecem destaques a melhoria da gestão do Cadastro Único, objetivando torná-lo um instrumento efetivo para a formulação de políticas públicas, a organização e adequação das redes de proteção social básica (CRAS e Conveniadas), além da estruturação organizacional da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS, para assegurar a eficiência e sustentabilidade da oferta de benefícios e serviços.

Para 2019, foram alocados no Programa de Trabalho da Assistência Social, recursos da ordem de R$ 135,5 milhões, que serão geridos pelas Secretarias de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS e de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ em ações de Proteção Social Básica, Especial e Segurança Alimentar, através da concessão de benefícios assistenciais, a exemplo do Bolsa Família, BPC e aluguel social, da inserção no mercado de trabalho, da assistência e do cumprimento de medidas socioeducativas para crianças e adolescentes, do atendimento à mulher, ao idoso e às pessoas com deficiência, dentre outras atividades voltadas à superação da pobreza e da vulnerabilidade social.

Ainda na linha assistencial, merece destaque o Programa Primeiro Passo, instituído em 2014, com o propósito de auxiliar as famílias carentes para matricularem as crianças de até 05 anos, que não estejam inseridas na rede oficial de ensino. Para 2019, estão previstos recursos da ordem de R$ 21,9 milhões.

No que diz respeito à rede assistencial de acolhimento, em 2019, estão destinados R$ 25,2 milhões para diversas ações de melhoria dos serviços e ampliação da capacidade de atendimento nos CRAS. A meta é, até o final de 2019, recuperar e estruturar nove CRAS para viabilizar seu funcionamento pleno, com 7.000 acompanhamentos.

Através do Programa SEMPS / Comunidade, serão colocadas em operação duas novas Unidades Móveis do Bolsa Família e realizadas 5.800 visitas domiciliares para atualização do Cadastro Único e atendimento nos programas sociais.

Atuando na preservação dos direitos da cidadania, o orçamento para o próximo exercício prevê a alocação de R$ 15,6 milhões, que serão aplicados na continuidade

MENSAGEM Nº 13/2018

das ações voltadas ao combate ao racismo, à discriminação e à promoção da igualdade racial, bem como à promoção da cidadania LGBT e à proteção à mulher em situação de vulnerabilidade.

Com efeito, será implantado, em 2019, o Programa de Ações Afirmativas para as Comunidades Quilombolas de Salvador e a implementação das ações do Plano Municipal de Combate à LGBTfobia Institucional que será concluído, ainda, neste exercício.

Em relação à proteção da mulher em situação de vulnerabilidade, além da manutenção e melhoria dos espaços já existentes, foram destinados recursos para implantação de mais um Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, e outras ações focadas no empoderamento da mulher, destacando-se aí a capacitação para inserção no mercado de trabalho.

Ainda no contexto da preservação dos direitos da cidadania, a Proposta Orçamentária contempla, no segmento de promoção da juventude, ações de capacitação profissionalizante de jovens para inserção no mercado de trabalho e a ampliação da oferta do curso preparatório para o ENEM, viabilizando desta forma que alunos da rede pública possam concorrer em condições de igualdade no acesso ao ensino superior.

Atuando ainda na dimensão do resgate e preservação da cidadania, tem constituído prioridade desta gestão a promoção de condições dignas de moradia para a população de baixa renda. Assim é que, para 2019, foram alocados recursos que somam R$ 55,8 milhões, que estão destinados à ampliação da oferta de novas unidades habitacionais, a preservação das condições de habitabilidade, através do bem-sucedido Programa Morar Melhor, e a regularização fundiária de imóveis residenciais destinados a esses estratos da população.

Estão contempladas, de igual modo, as ações de esporte e lazer, com construção e requalificação de campos e quadras em dezenas de bairros de Salvador, para os quais estão alocados recursos da ordem de R$ 12,4 milhões, provenientes de recursos próprios, de convênios e de emendas parlamentares. A proposta prevê a entrega de oito novos equipamentos esportivos e de lazer, além da requalificação de cinquenta já existentes.

Um dos grandes desafios é o fortalecimento da base econômica da cidade. Neste sentido, o Salvador 360, maior programa de desenvolvimento da história de Salvador, estabelece oito eixos e um conjunto de 360 ações destinadas ao fomento do desenvolvimento econômico, em especial com a desburocratização e simplificação de procedimentos e estímulos aos negócios, atração de investimentos e a geração de emprego e renda. Ações que perpassam todos os órgãos e entidades da administração, já com resultados bastante promissores.

Para 2019, dentro do conjunto de ações previstas, destaca-se a consolidação do Hub de Tecnologia para desenvolvimento de startups, o Polo de Capacitação para o Setor de Teleatendimento e a atração de investimentos privados para aceleração do crescimento da cidade – através da realização de fóruns de negócios, de estudos para viabilização de concessões e parcerias público-privadas, da criação do sistema de fiscalização de áreas públicas e privadas e da regularização fundiária em ocupações de áreas privadas.

MENSAGEM Nº 13/2018

Merece destaque especial o projeto Negócio POP, a ser executado em parceria com o Parque Social, que tem por objetivo fortalecer o desenvolvimento, estimulando o empreendedorismo e promovendo o acesso ao crédito, bem como capacitação para pequenos empreendedores atuantes no mercado formal e informal. Destaca-se ainda, como peculiaridade do projeto, o atendimento majoritário a mulheres empreendedoras, que representam mais de 70% deste mercado em Salvador.

O segmento da cultura e turismo totaliza um orçamento de R$ 287,6 milhões e compõe um dos eixos do Salvador 360, agregando ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e de outras fontes de financiamento. Do conjunto de projetos contemplados, merece destaque a construção e implantação do Centro de Convenções Municipal, no valor de R$ 100 milhões, com recursos próprios do Tesouro, consistindo em um dos principais vetores para o desenvolvimento da Cidade.

Dentre as ações do PRODETUR, ressaltam-se a requalificação da Av. Sete de Setembro e da Praça Castro Alves, a serem iniciadas ainda este ano, a criação do Museu da Casa da História e o Arquivo Público Municipal e a requalificação das orlas de Stella Maris e da Praia do Flamengo/Ipitanga.

Compondo, ainda, o segmento de cultura e turismo está prevista a requalificação de áreas de grande relevância histórica e cultural da nossa cidade, a exemplo do Terreiro de Jesus, Praça da Inglaterra, Praça Cairu, Rua Miguel Calmon, o Corredor da Fé a Colina do Bonfim, esta última com obras já em fase avançada de execução.

Estão destinados, ainda, recursos para gestão operacional e a promoção de atividades culturais e turísticas, tais como as festas populares, em especial o réveillon, carnaval, festival da primavera, bem como outras ações culturais, a exemplo do projeto Boca de Brasa.

No que se refere a melhoria e requalificação dos espaços urbanos, a Proposta Orçamentária contempla recursos da ordem de 302,9 milhões. Do conjunto de investimentos destaca-se o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador – Projeto Novo Mané Dendê, com investimento de R$ 82,9 milhões em 2019 financiado pelo BID com contrapartida municipal. Estão contempladas também obras de urbanização e macrodrenagem do Canal do Paraguari, São Cristóvão e Vale das Pedrinhas.

Dentro deste contexto, terão continuidade as obras de requalificação da orla marítima, construção de encostas, aplicação de geomantas, além da requalificação de escadarias, passarelas e praças públicas, dentre outras ações.

Ressalte-se que todas as ações que envolvem a estruturação de espaços públicos estão orientadas pelos conceitos da sustentabilidade e resiliência. Desta forma, além das ações de requalificação de espaços já mencionadas, estão também contempladas na Proposta Orçamentária, a requalificação e implementação do Jardim Botânico, o plantio de mais 25.000 árvores e o tratamento paisagístico de 250 mil metros quadrados de áreas públicas.

De par com a programação de investimentos, a manutenção da cidade em condições de habitabilidade tem sido uma constante preocupação da atual gestão que, para tanto, assegurou na Proposta Orçamentária, recursos da ordem de R$ 90,5 milhões que serão destinadas ao recapeamento de vias, recuperação e manutenção de

MENSAGEM Nº 13/2018

logradouros públicos, praças e outros espaços públicos, além da limpeza de canais. Some-se a esse montante mais 648,3 milhões alocados na prestação dos serviços de limpeza e iluminação públicas, tanto na manutenção como na modernização destes serviços.

Outro aspecto relevante da proposta são os investimentos para a mobilidade urbana, que somam R$ 425 milhões, contemplando as obras do BRT no trecho 1, Iguatemi – Cidade Jardim, e trecho 2, na sua extensão até a Lapa, totalizando um investimento de R$ 288 milhões, a implantação e pavimentação de vias, a exemplo da ligação Carybé – Stella Maris, intervenções em pontos críticos de trânsito, a ampliação e modernização da rede semafórica, incluindo a implantação de semáforos inteligentes, a requalificação de equipamentos públicos de transporte e a ampliação da rede cicloviária, dentre outras ações igualmente importantes.

No que concerne à Administração e Planejamento, a capacidade de formulação e de implementação de projetos e ações, bem como de entrega com padrões de eficiência e qualidade, tem sido um dos pilares que qualificam a atual gestão municipal e representam uma conquista perseguida desde o início do primeiro mandato, em 2013, como premissa para a efetiva autonomia do município na condução do seu próprio destino.

A manutenção desses padrões, contudo, exige a constante atenção do governo no aprimoramento dos processos de trabalho, aporte de tecnologia e monitoramento dos indicadores de eficiência administrativa e fiscal. Neste sentido, a presente Proposta, destina R$ 143 milhões para investimentos na excelência da gestão com responsabilidade e eficiência fiscal, que contempla um conjunto de atividades em que se destacam o fortalecimento da transparência pública, a intensificação das ações de modernização e melhoria do atendimento ao cidadão, modernização do planejamento e orçamento público, ações de valorização dos servidores públicos e lideranças, fortalecimento do governo eletrônico, da rede de Ouvidoria e das Prefeituras-Bairro.

Soma-se a esse elenco as ações voltadas para a modernização da gestão fiscal e contábil; implantação de ações e sistemas de gestão de bens imóveis municipais; atualização e reestruturação da dívida pública; assim como a ampliação e o fortalecimento da carteira de projetos para captação de recursos nacionais e internacionais. Todas essas ações reforçam o compromisso com o equilíbrio e a eficiência fiscal.

Assim, senhor Presidente, ao apresentar os principais destaques da Programação de Investimentos e as informações que conformam a presente Proposta Orçamentária para o exercício de 2019, estou certo de que continuarei contando com o inestimável apoio dessa Casa Legislativa, que tem sido indispensável aos avanços no processo de desenvolvimento econômico e social da nossa Cidade e bem-estar do seu povo.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito